

RESISTÊNCIA DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS AOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA: o caso de Belo Sun (Pará)

Francine da Silva Santos¹

Resumo

Nossa proposta visa analisar a atuação da mineradora canadense Belo Sun, na região da Volta Grande do Xingu, demonstrando as suas propostas e também as reações e os movimentos que são levantados com relação ao projeto, além de refletir sobre os movimentos de resistência de forma a evidenciá-los, enfatizando a valorização dos sujeitos e de seus saberes, frisando que a Amazônia é muito mais do que uma área rica em recursos naturais para exploração, além de percebermos as incoerências dos projetos que se estabelecem na região, tal como o analisado.

Palavras-chave: Amazônia brasileira, populações tradicionais, resistência, Belo sun, mineração.

Introdução:

A Amazônia brasileira tem sido alvo de olhares que a enxergam de diversas formas e ângulos. Há os que a veem de longe mesmo estando perto e há os que estão longe e a enxergam de perto, no sentido de reconhecer a pluralidade que ela dispõe, nos mais variados aspectos e não somente naquilo que ela tem para oferecer, o que é extremamente relevante para a sociedade capitalista em que vivemos. A tentativa de resumi-la a partir de uma única visão é insuficiente, pois não a representa na diversidade de singularidades que nela estão inseridas.

Para os povos indígenas, para os ribeirinhos, para o pequeno agricultor, para as populações tradicionais como um todo, a amazônia possui uma importância plena, ela é sobretudo, vida. Contudo, as visões dominantes, não levam em consideração os saberes daqueles que nela habitam, negam suas relações, suas vivências, e de forma verticalizada estipulam "verdades" sobre o que ela deve ser, e como forma de opressão tentam negar e

¹ UFRRJ-IM e-mail: francinesantos060@gmail.com

silenciar as vozes desses povos, porém, como bem afirma Gonçalves (2015, p. 10) “há uma Amazônia que resiste, que r-existe.”

Há muito tempo, o que a Amazônia têm se tornou explorável, sua floresta, seus rios, e todos os elementos que compõem sua biodiversidade deixaram de ser um bem para se tornarem mercadorias. A modernidade em uma busca constante pelo desenvolvimento trouxe consigo uma série de efeitos, Porto Gonçalves (2015, p. 67) afirma que:

É hoje a modernidade que devassa o seu subsolo para extrair seus minérios; devasta suas florestas com auxílio do fogo, da indústria química, de tratores, motosserras e correntões, além de barrar seus rios para produzirem energia e, assim, aumentar sua capacidade no trabalho de revolver suas entranhas. (PORTO GONÇALVES, 2015, p. 67)

O desenvolvimento, além dos discursos de progresso, traz consigo o processo de deslegitimação dos povos tradicionais, e que por justamente terem esse nome, levanta-se uma série de estereótipos e conceitos pré estabelecidos sobre o que essas populações seriam, perpetuando-se a ideia de uma população atrasada, que parou no tempo, que está ligada somente ao passado, porém, em contraponto a estes conceitos, Walter Cruz (2012, p. 600) afirma: “O tradicional não significa o atraso, não se restringe à ideia de tradição e ao passado; tem um sentido político - organizativo e apresenta-se como alternativa ao modo de produção e ao modo de vida capitalistas.” Sendo assim, podemos dizer, que as populações tradicionais fazem diferente em um mundo no qual o processo de homogeneização tem se colocado de maneira coercitiva, onde a relação com a natureza, com os homens, com o espaço, e com tantas outras coisas se caracterizam pela superficialidade. Os povos tradicionais são sobretudo, um exemplo de resistência viva.

Belo monte, a terceira maior hidrelétrica do mundo localizada no Estado do Pará, barrou o rio, barrou também histórias e o lugar daqueles que viviam no entorno e que tiveram de ser realocados para outros lugares. As lutas ocorreram, porém, ainda assim, o projeto foi concluído. Hoje, a luta das populações tradicionais da região nas proximidades de Altamira e do Rio Xingu tem sido contra o novo projeto de mineração liderado pela empresa canadense Belo Sun, que coloca como pauta, a importância do empreendimento para o desenvolvimento da região, ou seja, ela parte do pressuposto de que a região é atrasada e que precisa se desenvolver.

Contudo, podemos questionar até que ponto a Amazônia e os povos que nela habitam serão submetidos para que esta seja considerada uma região desenvolvida. A fim de compreendermos isso, analisaremos o atual projeto de mineração, como tem se dado suas propostas, e a relação com os Povos tradicionais que estão localizados no entorno de onde será estabelecido o projeto. Com isso, discorreremos sobre os conceitos de desenvolvimento, e seus desdobramentos, assim como também trataremos sobre as mais variadas formas de apropriação da natureza, e as resistências que se levantam para combater as imposições do sistema capitalista.

Por ser uma pesquisa em desenvolvimento, tomamos como referências, a fim de tomar propriedade sobre o tema proposto e sobre a área que será analisada, as contribuições de autores como Souza (1996), Veiga (2006), para compreendermos como se dá os discursos do desenvolvimento, posteriormente partiremos para uma vertente histórica de como a Amazônia se coloca neste contexto, e as consequências que foram acarretadas para a região, tomando por base os aportes de Becker (2005), Porto Gonçalves (2015), e Fearnside (2005). Se faz necessário a compreensão sobre a importância do entendimento das populações tradicionais, para isso, tomaremos como referência autores como Barreto (2004), Little (2002), Cruz (dicionário do campo).

Tomaremos como material de pesquisas vídeos do youtube que demonstram as falas dos moradores da região, documentos gerados pela empresa como por exemplo a RIMAS (relatório de impacto ambiental), tal como as análises do licenciamento ambiental como o gerado pelo Instituto Socioambiental. Em suma, será sobretudo, uma pesquisa com característica exploratória, na tentativa de levantar dados que enriqueçam o trabalho e que sejam suficientes para que posteriormente possamos construir hipóteses.

Analisaremos as formas de domínio dos espaços, e as possibilidades encontradas por aqueles que são oprimidos pelas classes dominantes. Colocaremos em confronto dois olhares, o do explorador e o olhar dos que sofrem tal exploração. Analisaremos movimentos, como o Movimento Xingu vivo para sempre, MAB (Movimento dos atingidos por barragens) e suas atuações de resistência contra o empreendimento e como se dão suas articulações com os moradores.

Breve histórico

Podemos dizer que a Amazônia, devido a sua enorme biodiversidade, é uma das maiores riquezas naturais que o Brasil possui, o que com o decorrer dos anos atraiu e até hoje permanece atraindo olhares para exploração de seus recursos, a fim de gerar valores econômicos. Um dos projetos que deu início ao processo de integração da Amazônia com outras regiões do Brasil, foi a rodovia Belém-Brasília, no qual segundo Ab' Saber a partir dela:

Criaram-se enormes frentes de desmatamento nos dois lados da rodovia, introduzindo-se atividades de empresas ditas “agropecuárias”, com forte degradação da cobertura vegetal, esgotamento dos solos e secamento parcial dos mananciais de cabeceiras de igarapés, devido sobretudo à falta de racionalidade dos projetos de formação e desenvolvimento das fazendas regionais. (AB’ SABER,2003, p.14)

Nota-se no texto supracitado, que além dos desmatamentos acarretados pela criação da rodovia, o processo ainda se intensificou através da proliferação de empresas “agropecuárias” ao longo das rodovias.

Segundo Fearnside (2005, p.1) a “Amazônia brasileira permaneceu completamente intacta até o início da era moderna do desmatamento, com a inauguração da rodovia transamazônica, em 1970.” Entre os anos de 1970 e 1980, diversas partes da Amazônia sofreram grandes transformações através de empreendimentos como o Projeto de mineração Grande Carajás, a Usina hidrelétrica de Tucuruí, a rodovia Transamazônica. Projetos estes que caracterizam uma das fases do “desenvolvimento” da região.

O fato do Brasil ser um país com um grande potencial natural,contribuiu significativamente para intensificar o processo de valorização e mercantilização dos recursos, elevando também o interesse de outros países em explorá-lo. Isso é extremamente preocupante, pois o fato da Amazônia ser considerada um “berço” de riquezas naturais, por muitas vezes não é levado em consideração por exemplo, as populações que ali existem. O grande objetivo dos empreendimentos que nela se instalam possuem sobretudo, um interesse singular: transformá-la. Porto Gonçalves afirma que:

Assim a Amazônia nunca é; é sempre o vir a ser. E esse vir a ser nunca é o vir a ser das populações que, na região, constroem no seu dia a dia suas vidas, suas histórias, seus espaços, suas culturas. Ao contrário, é o vir a ser daqueles que veem a região pelo seu potencial de exploração futura. É na verdade, uma reserva de recursos (PORTO GONÇALVES, 2015, p.25).

Poderíamos aqui discorrer sobre uma série de projetos que foram concretizados na Amazônia, e discorrer sobre as consequências deles para a natureza, contudo, é necessário além de pensar sobre tais projetos, analisar os movimentos que os permeiam, pois além de acarretarem problemas ambientais, são também os grandes responsáveis por causar problemas sociais, no qual atingem diretamente a vida das populações tradicionais da região.

Analisar de forma crítica estes projetos, é tentar compreender de fato os interesses que os permeiam, as relações de poder que se estabelecem, que na maioria das vezes são verticalizadas, de cima para baixo, tal como foi o caso da Usina hidrelétrica de Belo monte, no qual seus impactos perpetuam-se até os dias de hoje. A luta das populações tradicionais é legítima, ainda que seus saberes não sejam reconhecidos, eles visam a preservação da vida, em uma abrangência global.

O processo de padronização do estilo de vida com um único modelo, se dá através de um exercício constante e perverso, de descaracterização dos movimentos de resistência. Os atores hegemônicos maquiagem a realidade com seus discursos de progresso, fazem com que os que estão apar do que realmente acontece enxergue os movimentos de forma deturpada, como um impasse para o desenvolvimento. Divergir com o é imposto é confrontar o sistema, e que por isso se faz necessário fortalecer a luta contra essa ideologia de progresso que se dá a política desenvolvimentista, com a tentativa de deixar visível a máscara permanente que eles utilizam, e mostrando as mazelas que em nome desse progresso foram geradas.

“A Belo Sun² está empenhada em gerar valor sustentável a longo prazo para seus acionistas.” Esta é uma das afirmações que encontramos no site da empresa. “Gerar valor sustentável.” Isso precisa ser reavaliado, pois há a deturpação do que é o conceito de sustentável. Em que momento uma empresa de mineração seria sustentável? Um projeto que tem previsão de 12 anos para extração de ouro na região, utilizando componentes químicos e que além disso expropriará famílias de suas casas terá a capacidade de gerar valor sustentável? Por este e outros motivos salientamos a importância de tratar sobre tal assunto, evidenciando as resistências das populações que estão aos arredores do projeto.

² site da empresa Belo Sun: http://belosun.com/about_us/overview/

O movimento dos atingidos por barragem (MAB) tem o papel significativo nesta luta, em justamente propagar a insatisfação da população local. Como exemplo, no site³ do movimento, eles enumeraram “12 motivos para barrar a instalação de Belo Sun no rio Xingu”, dentre alguns dos motivos, afirmam que:

1-Os impactos vão se sobrepor aos de Belo Monte: Até 2025, a região da Volta Grande estará sobre monitoramento do Ibama (órgão licenciador de Belo Monte) para avaliar se as famílias e a biodiversidade conseguirão sobreviver às novas condições impostas com a construção da hidrelétrica, portanto, não é recomendável o início de mais um grande empreendimento nesse cenário de incertezas.

2- A riqueza gerada irá para os bolsos canadenses: apesar do ouro estar no subsolo brasileiro, o lucro gerado pela exploração dessas 108 toneladas de ouro serão apropriadas pelo capital transnacional. O que fica para a região, e para o país, são migalhas e destruição em plena Amazônia brasileira.

3- A Belo Sun não reconhece os indígenas como atingidos: as Terra Indígenas (TIs) Paquiçamba e Arara da Volta Grande, onde vivem as etnias Juruna e Arara, respectivamente, não foram reconhecidas como atingidas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da empresa, apesar de estarem distantes apenas 9,5 km e 13 km respectivamente da área do possível empreendimento.

Vale salientar também, a atuação no movimento Xingu Vivo, do Movimento Tapajós Vivo, o Fórum da Amazônia Oriental, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), movimentos estes que estão inseridos na Carta⁴ pública mobilizada pelo Instituto Socioambiental (ISA) em 2013, contra a liberação da licença ambiental do projeto de mineração. Além de outros movimentos que vêm trabalhando diariamente em levantar manifestações, com atuação em redes sociais compartilhando vídeos, imagens que mostram a gravidade do problema, e mostrando que existe uma população que está em uma luta incessante.

Localização da área para o projeto de mineração

O Projeto Volta Grande⁵, situado na região Norte do país, tem por Área de instalação no Estado do Pará, no município de Senador José Porfírio, situado na zona da Volta Grande do Xingu. Mais precisamente localizado nas coordenadas geográficas de latitude 2° 35' 27'' S e longitude 51° 57' 15'' W.

³ <http://www.mabnacional.org.br/noticia/12-motivos-para-barrar-instala-belo-sun-no-rio-xingu>

⁴ Carta pública: Belo sun não! disponível em:

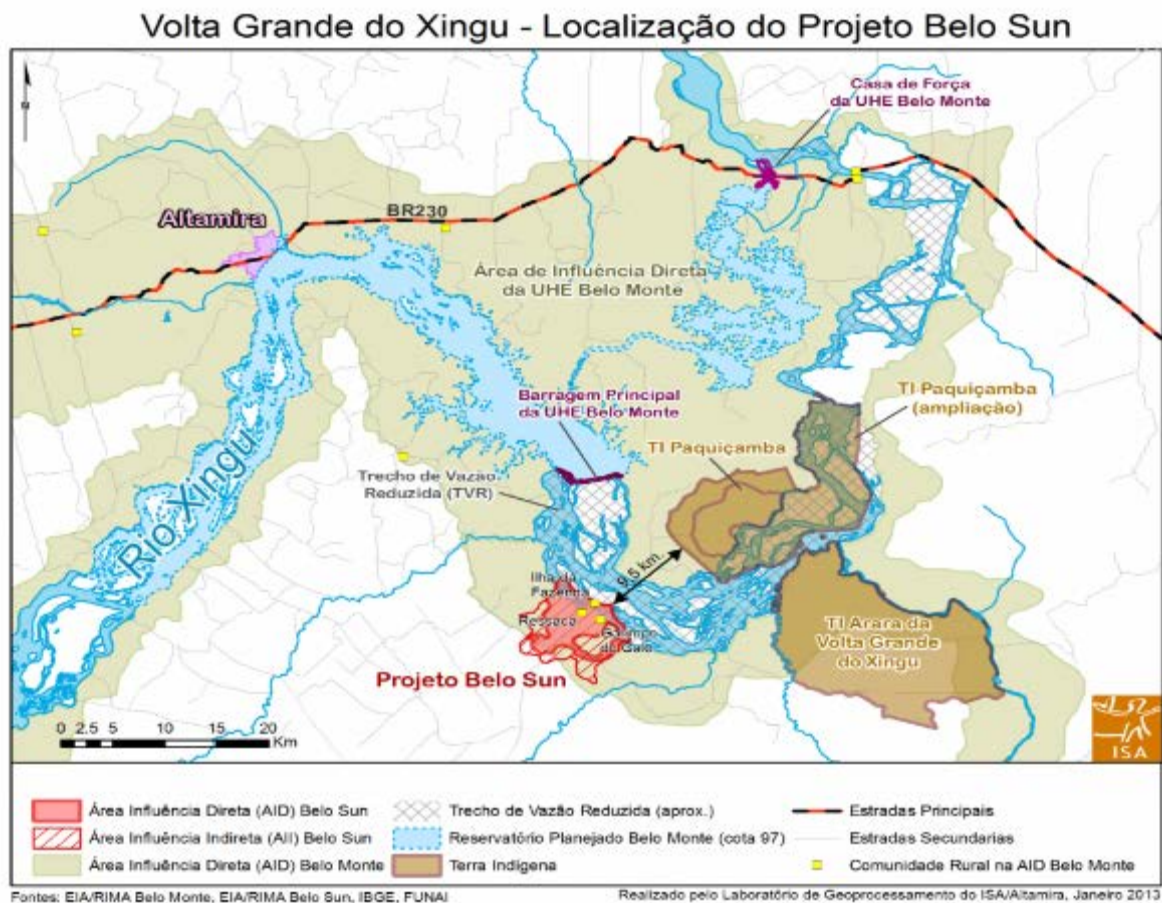
https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/carta_publica_belo_sun_nao.pdf

⁵ Nome dado pela empresa para slogan de divulgação do projeto. Disponível em:

http://belosun.com/volta_grande/overview/

Na imagem 1, demonstra a proximidade do projeto à terra Indígena Paquiçamba (com distância de 9.5 Km), e Arara da Volta Grande do Xingu, que podem ser altamente afetadas pelo projeto. Nos mostra também que o projeto está situado no trecho onde a vazão do rio está reduzida por conta da barragem de Belo Monte, o que reduzirá ainda mais, tornando inviável para os povos indígenas a utilização do rio como rota de navegação e para outras atividades.

Bertha Becker (2004, p.18) afirma que a Amazônia Central onde está localizada grande parte do Estado do Pará, é a área “mais vulnerável na Amazônia, porque nela haverá o maior número de eixos que aceleram a velocidade de transformação, e nela existem imensas massas de florestas contíguas de conservação e com terras indígenas.” Segundo ela, totalmente diferente da Amazônia ocidental no qual, o seu domínio ainda é a Natureza e não



os grandes empreendimentos.

Imagem 1

Desenvolvimento e suas contradições

Com base nas contribuições de Porto Gonçalves, em seu Livro “Amazônia, Amazônias” (2015), conseguimos perceber a pluralidade cultural, social que a região possui, o que na maioria das vezes é exteriorizado apenas um modo de vida. Ele nos chama a atenção para as formas com o qual ela é percebida e ao modo com que os indivíduos se referem aos que nela habitam. Sobre estas mais variadas visões que temos sobre ela, Porto Gonçalves afirma que:

Não há, conseqüentemente, uma visão verdadeira do que seja a Amazônia. A verdade do colonizador não é a mesma que a do colonizado; a verdade do minerador, fazendeiro-pecuarista ou do madeireiro não é a mesma dos índios, dos caboclos ribeirinhos e/ou extrativistas ou dos produtores familiares; a verdade dos militares ou das grandes empresas estatais, nacionais e internacionais não é a mesma necessariamente dos garimpeiros, seringueiros, castanheiros, açaqueiros, balateiros, retireiros ou dos trabalhadores rurais agroextrativistas. (PORTO GONÇALVES, 2015, p.16)

Nesse sentido, ele consegue nos fazer ter dimensão da pluralidade com o qual estamos tratando e ao mesmo tempo com a singularidade das características de cada grupo de indivíduos que ele citou. Neste sentido, abordaremos alguns projetos de desenvolvimento na Amazônia, elucidando a importância do reconhecimento das populações tradicionais na Volta Grande do Xingu e suas lutas diárias, não para a preservação de um bem individual, mas sim, de um bem coletivo.

A palavra desenvolvimento nos remete a progresso, a algo que anteriormente estava atrasado, e que em um dado momento da história, a partir de algumas transformações no tempo e espaço, tornou-se desenvolvido. Contudo, tal conceito, de acordo com o pensamento hegemônico se pautará no reconhecimento de algumas necessidades impostas, e a capacidade de absorvê-las torna-o desenvolvido. Marcelo lopes de Souza, em “Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual”, discorre sobre o conceito de desenvolvimento para além do cunho economicista, e para além de um padrão estabelecido, no qual afirma que cada grupo irá construir aquilo que imagina, que pensa sobre o que seja desenvolvimento, segundo suas perspectivas, de forma estritamente livre, abrindo possibilidades para se desligar de um conceito de desenvolvimento gerado nas perspectivas do Ocidente capitalista . Assim, Souza afirma:

Um conceito de desenvolvimento livre de ranço etnocêntrico precisa acentuar a ideia de que cada povo, cada grupo social, deve possuir autonomia necessária para definir o conteúdo desse conceito de acordo com suas próprias necessidades e de conformidade com suas características culturais. (SOUZA, 1996, p.10)

Ele propõe esta “autonomia” dos povos para estabelecerem seus próprios conceitos de desenvolvimento a fim de que a partir do momento em que se encaixarem em um modelo de desenvolvimento hegemônico, não sejam considerados subdesenvolvidos, pois antes disso, eles já estabeleceram seus próprios conceitos.

Apriori, é necessário para compreender os conflitos das populações tradicionais, reconhecer quem eles são de fato. Paul Little (2002) propõe a compreensão destes a partir das territorialidades, ou seja, as formas estabelecidas por um determinado grupo a fim de se manterem em dado espaço, o que converterá estes espaços em territórios. Segundo ele os territórios surgirão de acordo com a atuação das territorialidades de cada grupo e “qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos.” Sendo assim, é necessário que antes de compreender os conflitos de uma determinada comunidade, se analise o território, baseando-se em uma abordagem histórica das transformações que ocorreram. Portanto compreender as lutas das populações tradicionais, é reconhecer suas territorialidades. Por este motivo, o conceito de populações tradicionais para Little está atrelado em diversos contextos, como num contexto de fronteiras de expansão, contexto ambientalista, contexto de autonomia territorial. Afirma:

No contexto das fronteiras de expansão, o conceito surgiu para englobar um conjunto de grupos sociais que defendem seus respectivos territórios frente à usurpação por parte do Estado-nação e outros grupos sociais vinculados a este. Num contexto ambientalista, o conceito surgiu a partir da necessidade dos preservacionistas em lidar com todos os grupos sociais residentes ou usuários das unidades de conservação de proteção integral, entendidos como obstáculos para a implementação plena das metas dessas unidades. Noutro contexto ambientalista, o conceito dos povos tradicionais surgiu como forma de aproximação entre socioambientalistas e os distintos grupos que historicamente mostram ter formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, assim gerando formas de co-gestão de território (LITTLE, 2002, p.23).

O decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, define Povos e Comunidades Tradicionais como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

Podemos aqui entender, a partir do texto supracitado, que as populações tradicionais, são um conjunto de povos diferentes com culturas diferentes, com modos de vida diferentes, mas que se assemelham a partir da valorização de seus territórios, pois é nele que são reproduzidas as suas práticas culturais, religiosas, suas histórias, é onde se estabelece a reprodução de seus saberes, suas lutas cotidianas, suas experiências.

Com relação às lutas diárias desses povos, que não devem ser negadas, mas que infelizmente são por um modelo de desenvolvimento que se sobrepõe, e que acaba por, na maioria das vezes tornar comunidades tradicionais em marginais, encurralando-os, e até mesmo exterminando-os para o avanço de uma série de projetos que carregam consigo as falácias e as perversidades de um suposto desenvolvimento. Leroy em impugnação a isso, vai afirmar o contrário do que imaginam e do que tomam por verdades sobre as populações tradicionais, diz que:

Está-se longe de perceber que essas populações são parte da solução, tanto dos problemas trazidos por um crescimento econômico que não consegue absorver a mão de obra disponível nem lhe dar condições de vida digna nas cidades, quanto da gestão dos ecossistemas, através de suas tradições de uso comum dos territórios que souberam preservar através do tempo (LEROY, 2016, p.11).

Podemos assim dizer, que se os debates realizados a fim de preservar a natureza, fosse baseado no que as populações tradicionais sempre fizeram, a crise ambiental que vivemos hoje, estaria minimamente resolvida, porém, como não se realiza assim, parece que o futuro do que a natureza pode se tornar, foge de nossas mãos.

É a partir dos parâmetros do desenvolvimento hegemônico que os projetos na região da Volta Grande do Xingu se dão. Promulgam os discursos de geração de empregos, elevação de renda, melhoria da qualidade de vida, e que se eles não forem realizados não haverá “desenvolvimento” algum. Contudo, assim como diversos projetos são realizados à revelia das populações tradicionais, como se elas não existissem, Belo Sun é mais um destes projetos que estão na tentativa se sobrepor a elas. A empresa teve a licença revogada duas vezes. A primeira foi em 22 de Fevereiro de 2017, em que receberam uma liminar⁶ de 180 dias pela decisão da Vara Agrária e Juizado Especial Ambiental de Altamira, por não resolverem a

⁶ Liminar disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/wp-content/uploads/2017/02/DECIS%C3%83O-DA-CP-BELO-SUN.pdf>

realocação das famílias próximas ao empreendimento, e a última vez, foi por não realizarem o estudo das áreas indígenas, porém, no site da empresa demonstra o contrário. A empresa alega que as análises foram realizadas nas duas terras indígenas mais próximas que são Paquiçamba e Arara, no qual afirma que essas terras estão “localizadas a 12 e 16 quilômetros do projeto volta grande que foi feito pela SEMAS (Secretaria de Estado de meio ambiente e sustentabilidade)”. Alegam também que só há a necessidade de estudos em áreas indígenas que estejam localizadas a menos de 10 km do projeto. Na RIMA⁷ (relatório de impacto ambiental), aceito pela SEMAS, se afirma que tais terras indígenas fazem parte da AII (área de influência indireta), ou seja, que não serão consideravelmente afetadas.

Contudo, encontramos discrepâncias com relação as informações dadas pela Belo Sun referente às terras indígenas. O ISA (Instituto socioambiental), alega ao contrário sobre as distâncias dessas terras ao Projeto Volta Grande, segundo eles a distância é de 9,5km e não de 12km como encontramos no site, e que as Terras possuem sim, grande risco de serem afetadas pelo empreendimento.

Em suma, precisamos compreender que ainda que estejamos distantes geograficamente da Amazônia, os problemas que nela ocorrem fazem parte e podem influenciar nossa vida e além de termos nosso papel enquanto pesquisadores somos seres humanos, e precisamos nos voltar as lutas diárias daqueles que são invisibilizados pelos atores do capital.

Referências Bibliográficas

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, R.P. Conceitos de progresso e na construção da Belém-Brasília

AB’SÁBER, Aziz Nacib. Amazônia Brasileira: Um macrodomínio. in: Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. 1ª ed. São Paulo. Ateliê editorial, 2003

BECKER, B. C. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, vol: 19, 2005.

_____. Amazônia e a política ambiental brasileira. Revista de Geografia, nº11, 2004

⁷ Relatório de impacto ambiental: http://www.sema.pa.gov.br/download/2BSML001-1-EA-RIM-0002_RIMA_REVISADO.pdf

- BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. 2001. Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo.
- CALDART, R. S, et al. (org.) Povos e comunidades tradicionais. in: Dicionário de educação do campo, 2012, São Paulo: Escola politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.
- FEARNSIDE, P. M. 2005 Desmatamento na Amazônia Brasileira: Histórias, índices e consequências. Megadiversidade 1(4): 113-123
- KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no Ordenamento territorial da Amazônia. Estudos Avançados, vol, 16, 2002.
- LEROY, J. P. Mercado ou bens comuns? O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental. 1ª ed. Rio de Janeiro . Fase. 2016
- LITTLE, P. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, nº 322, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2002
- PORTO GONÇALVES, C. W. Amazônia, Amazônias. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- SOUZA, M. L. O que é desenvolvimento? In: Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual. Ática, 1996.